

**EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO
ESPECIAL Nº 932.368 - MG (2016/0127323-8)**

EMBARGANTE : SERGIO BASSI GOMES
ADVOGADO : LUÍS MAXIMILIANO LEAL TELESKA MOTA - DF014848
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INTERES. : JOSÉ MENDES NETO
ADVOGADOS : VALÉRIO RODRIGUES SILVA E OUTRO(S) - MG051583
RENÉ LUÍS DA SILVA GURGEL - MG105697
INTERES. : MUNICIPIO DE NOVA PORTEIRINHA
ADVOGADO : RENATO CÉSAR MATOS E OUTRO(S) - MG113622
INTERES. : MARIA FILHA DA SILVA CORREIA
INTERES. : MARCIA GEOZANE SANTOS MIRANDA
INTERES. : MILTON JOSÉ DE OLIVEIRA
INTERES. : LUIZ CARLOS CARVALHO
INTERES. : LAUDICEIA DE JESUS ROCHA
INTERES. : LUCIANY ALMEIDA FERREIRA FERRAZ
INTERES. : LEYTA MENDES DE CARVALHO
INTERES. : WARLEY BORGES DE OLIVEIRA
INTERES. : WARLEY SANDRO BARBOSA
INTERES. : GILDETE PEREIRA DE SOUZA COSTA
INTERES. : DANIEL MENDES PEREIRA
INTERES. : EVA MARIA ALVES DE SENA
INTERES. : ELZENITA MARIA ALVES COSTA
INTERES. : ILDENI MARIA DE JESUS
INTERES. : IVANETE APARECIDA SILVA
INTERES. : JOAQUIM VERISSIMO DA SILVA
INTERES. : ANA IRIS DANTAS DA SILVA SANT ANA
INTERES. : ANA JUSTINA DOS SANTOS OLIVEIRA
INTERES. : SOLANGE BATISTA AVANSI
INTERES. : LUCIENE FERNANDES SOUZA ALMEIDA
INTERES. : ELEN CHRISTIE CARVALHO
INTERES. : ELISANGELA SOUZA
INTERES. : ELISANGELA COSTA LOPES
INTERES. : ELIZABETE FERNANDES SOUZA TEIXEIRA
INTERES. : ELIANE KARINE DE FREITAS SANTOS
INTERES. : GISLAINE DA SILVA RODRIGUES
INTERES. : EDMILZA MARTINS ALVES
INTERES. : IZALTINO BARBOSA DA SILVA
INTERES. : JACIENE DE SOUZA SILVA
INTERES. : WELDER MARTINS OLIVEIRA
INTERES. : EDIVALDO MENDES DE SOUZA
INTERES. : SILVANO MAGNO TEIXEIRA
INTERES. : ROSEANNE MENDES CORDEIRO
INTERES. : MARIA ADELAIDE PEREIRA
INTERES. : MARIA DE LOURDES TEIXEIRA

INTERES. : MARCIA SANTOS CAVALCANTI TEIXEIRA
INTERES. : ELIANA RAMIREZ MOREIRA
INTERES. : VANUSA ALVES RODRIGUES SILVA
INTERES. : HELEY DE ABREU SILVA BATISTA
INTERES. : IVANILDE PEREIRA SOUZA
INTERES. : MARIA SENHORA DOS ANJOS
INTERES. : NEIDE PEREIRA BARBOSA MARTINS E OUTROS
ADVOGADO : MARCO AURELIO COSTA GOMES E OUTRO(S) -
MG070334N

DECISÃO

Originariamente, cuida-se de ação civil pública com pedido liminar proposta pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS em desfavor de MUNICÍPIO DE NOVA PORTEIRINHA/MG, JOSÉ MENDES NETO e SÉRGIO BASSI GOMES. À causa foi arbitrado o valor de R\$ 1.000,00 (mil reais).

Sustenta-se, em síntese, que o Inquérito Civil n. 008/2004, promovido pela Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, constatou danos causados ao patrimônio público em razão de fraudes e ilegalidades cometidas em concurso para provimento efetivo de cargos de carreira do quadro permanente da Prefeitura Municipal de Nova Porteirinha/MG.

Julgou-se parcialmente procedente o pedido formulado na inicial para declarar nulo o concurso público realizado pela Prefeitura Municipal de Nova Porteirinha/MG. Os réus José Mende Neto e Sérgio Bassi Gomes foram individualmente condenados ao: a) pagamento de multa civil no importe de R\$ 30.000,000 (trinta mil reais); b) suspensão dos direitos políticos pelo prazo de 3 (três) anos; c) proibição de contratar com o poder público ou receber benefícios ou incentivos fiscais pelo prazo de 3 (três) anos. Além disso, condenaram-se os réus ao pagamento das custas e despesas processuais. Não houve condenação ao pagamento de honorários advocatícios. (fls. 1.068-1.087).

O Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais decidiu por não conhecer do recurso de apelação interposto por Sérgio Bassi Gomes e José Mendes Neto, nos termos assim ementados (fls. 1.222-1.227):

APELAÇÕES CÍVIES – JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE – ART. 511, CPC – RECOLHIMENTO DO PREPARO APÓS A INTERPOSIÇÃO DOS RECURSOS – IMPOSSIBILIDADE – DESERÇÃO – RECURSO NÃO CONHECIDO.

1. Nos termos dos art. 511 do CPC, o recorrente deve comprovar o preparo, quando da interposição do recurso.

2. Não preenchendo os requisitos de admissibilidade recursal, há que se negar seguimento às apelações cujos preparos foram recolhidos quase um mês após a interposição do recurso.

3. Recursos não reconhecidos.

Os embargos de declaração opostos por Sérgio Bassi Gomes e José Mendes Neto foram rejeitados (fls. 1.249-1.254), nos termos assim ementados:

PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - OMISSÃO - INEXISTÊNCIA - REEXAME NECESSÁRIO EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - APLICAÇÃO ANALÓGICA DO ART. 19 DA LEI Nº 4.717/65 - IMPOSSIBILIDADE - EMBARGOS REJEITADOS.

1. Os embargos de declaração não são a via adequada para a rediscussão da matéria decidida.

2. Seu objetivo limitasse a suprir eventuais vícios do julgado.

3. De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a ausência de previsão da remessa de ofício na Lei nº 8.429/92 "não pode ser vista como uma lacuna da Lei de Improbidade que precisa ser preenchida, (...) mormente por se tratar o reexame necessário instrumento de exceção no sistema processual, devendo, portanto, ser interpretado restritivamente"

(REsp 1220667/MG, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 4/9/2014, DJe 20/10/2014). 5. Embargos rejeitados.

Sérgio Bassi Gomes e José Mendes Neto interpuseram o presente recurso especial, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea *a*, da Constituição Federal (fls.1.263-1.279). Sustentam violação aos preceitos normativos contidos nos artigos 511 do Código de Processo Civil de 1973 e 19 da Lei n. 4.717/65.

Em resumo, alegam os recorrentes que o Tribunal *a quo* teria inadequadamente avaliado os elementos fáticos-jurídicos do presente processo, na medida em que: a) a tutela jurisdicional hoje negada aos ora recorrentes, fruto da interpretação formalista do artigo 511 do CPC/73, teria um desfecho totalmente diferente, caso tivesse ocorrido no mês de março seguinte, com a entrada em vigor da Lei n.13.105/2015; b) houve apenas um equívoco no pagamento da guia, ressaltando ainda que tal situação não causou qualquer prejuízo à regularidade do processo; c) a violação no caso concreto se dá pelo fato de a sentença proferida em primeira instância ser de procedência parcial, o que atrai a necessidade de que seja feito reexame necessário, uma vez que se aplica aos casos de improbidade administrativa o dispositivo no art. 19 da Lei n. 4.717/64.

Foram apresentadas contrarrazões pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais (fls.1.286-1.297).

Em juízo de admissibilidade, o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais inadmitiu o recurso especial interposto (fls.1.299-1.306). Adveio a interposição de agravo por Sérgio Bassi Gomes e José Mendes Neto (fls.1.311-1.320), a fim de possibilitar a subida do recurso interposto.

Foram apresentadas contrarrazões pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais (fls.1325-1330).

O Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do agravo (fls. 1.343-1.348), em parecer assim ementado:

DIREITO PÚBLICO. PROCESSUAL CIVIL. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL (ART. 105, INC. III, "A", CF/1988). ADMISSIBILIDADE DE APELAÇÃO INTERPOSTA SEM PROVA DO OPORTUNO RECOLHIMENTO DE PREPARO. RECURSOS CONSIDERADOS DESERTOS PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. EFETIVA E ESCORREITA ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. APRESENTAÇÃO DE CONTRARRAZÕES PARA OS RECURSOS AO STJ. PRESCINDIBILIDADE DE ATUAÇÃO SIMULTÂNEA DE MAIS DE UM ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO, EX VI DOS ARTS. 17, §4º, DA LEI N.º 8.429/92, E 4º, RECOMENDAÇÃO CNMP N.º 34/2016.

- Restituição dos autos sem incursão no mérito do agravo; pelo prosseguimento do feito.

Em decisão monocrática, o ministro Sérgio Kukina negou provimento ao agravo (fls. 1.351-1.354).

Sérgio Bassi Gomes e José Mendes Neto interpuseram agravo interno, com fulcro nos artigos 1.021 do Código de Processo Civil de 2015 e 258 do Regimento Interno do Supremo Tribunal de Justiça (fls. 1.358-1.367).

A Primeira Turma deste Superior Tribunal de Justiça em sessão decidiu, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno (fls. 1.379-1.393), nos termos assim ementados:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. APELAÇÃO. RECOLHIMENTO DO PREPARO APÓS A INTERPOSIÇÃO DO RECURSO. DESERÇÃO. RECURSO INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DO CPC/1973. INAPLICABILIDADE DO CPC/2015. PRINCÍPIO DO TEMPUS REGIT ACTUM. REMESSA NECESSÁRIA. CABIMENTO. AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL.

1. O Plenário do STJ sedimentou o entendimento de que a lei a reger o recurso cabível e a forma de sua interposição é aquela vigente à data da publicação da decisão impugnada, ocasião em que o sucumbente tem a ciência exata dos fundamentos do provimento jurisdicional que pretende combater. Precedente: AgInt no AgRg no REsp 1.414.962/PI, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 08/03/2017.

2. Caso concreto em que as apelações foram interpostas pela parte ora agravante na vigência no CPC/1973, sendo, portanto, inaplicáveis as disposições contidas no CPC/2015, em razão do princípio *tempus regit actum*.

3. Na forma da jurisprudência desta Corte, "o comprovante de agendamento do preparo não serve como prova do seu efetivo recolhimento e, portanto, não supre o pressuposto de admissibilidade recursal previsto no art. 511 do CPC" (AgRg no AREsp 490.738/DF, Rel. Ministro Og Fernandes,

Segunda Turma, DJe 30/05/2014).

4. Conquanto a Primeira Seção do STJ tenha pacificado o entendimento no sentido de ser "cabível o reexame necessário na Ação de Improbidade Administrativa, nos termos do artigo 475 do CPC/1973" (EREsp 1.220.667/MG, Rel. Ministro Herman Benjamin, DJe 30/06/2017), tal compreensão não favorece a parte ora agravante, uma vez que lhe falta interesse recursal, quanto ao tema. De fato, a remessa necessária, na ação civil pública por improbidade administrativa, tem por pressuposto que o julgamento proferido pelo Juízo de 1º Grau tenha sido desfavorável ao autor da ação, não se prestando ao reexame da causa de forma a favorecer o réu, no caso a parte agravante, sob pena de indevido reformatio in pejus.

5. Agravo interno não provido.

Inconformados com a decisão, Sérgio Bassi Gomes e José Mendes Neto opuseram embargos de declaração (fls. 1.401-1.411), com fulcro no artigo 1.022 e seguintes do Código de Processo Civil de 2015. A Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração (fls. 1.425-1.434), nos termos assim ementados:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. EMBARGOS DECLARATÓRIOS NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRADIÇÃO NO JULGADO. INEXISTÊNCIA.

1. De acordo com a norma prevista no artigo 1.022 do CPC/2015, são cabíveis embargos de declaração nas hipóteses de obscuridade, contradição, omissão da decisão recorrida ou erro material, o que não ocorre no caso concreto.

2. Embargos declaratórios rejeitados.

Sérgio Bassi Gomes interpôs embargos de divergência (fls. 1.447-1.451), com fulcro no artigo 1.043, inciso I, do Código de Processo Civil de 2015, indicando como acórdãos paradigmas o AgRg no REsp 1219033/RJ e o REsp 1108542/SC, os quais tratam que as sentenças de improcedência de ação civil pública sujeitam-se indistintamente ao reexame necessário.

Requer seja conhecido e provido o recurso de embargos de divergência, alterando a decisão recorrida, para que seja reconhecida a necessidade de reexame necessário *in casu*, aplicando-se o mesmo entendimento da Segunda Turma desta c. Corte.

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento dos embargos de divergência, ou acaso conhecidos, pelo seu desprovimento (fls. 1.487/1.494), nos termos assim ementados:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. REEXAME NECESSARIO EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR ATO DEIMPROBIDADE ADMINSTRATIVA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA ENTRE O JULGADO COMBATIDO E OS ACÓRDÃOS CONFRONTADOS. INEXISTÊNCIA DE TESES DIVERGENTES. DISSENSO JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADO.

- Parecer pelo não conhecimento dos embargos, ou acaso conhecido, pelo seu desprovimento.

É o relatório. Decido.

Em sede de juízo de prelibação, vislumbra-se a inadmissibilidade da presente iniciativa recursal.

Extrai-se do artigo 1.043, inciso I, do Código de Processo Civil de 2015 que “é embargável o acórdão de órgão fracionário que: em recurso extraordinário ou em recurso especial, divergir do julgamento de qualquer outro órgão do mesmo tribunal, sendo os acórdãos, embargado e paradigma, de mérito”.

Ainda, os artigos 1.043, §§1º e 4º, do Código de Processo Civil de 2015 e 266, §§1º e 4º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça que é pressuposto recursal objetivo específico o cotejo analítico entre os julgados referenciais, com a correspondente indicação dos pontos fático-jurídicos semelhantes.

Porém, da leitura do recurso de embargos de divergência, observa-se que a parte, apesar de colacionar dois precedentes tidos como paradigmáticos, limitou-se a referenciá-los, sem desenvolver um necessário juízo de confrontação aproximativa. Veja-se:

[...]

6. Vale frisar que o acórdão que julgou o Agravo em Recurso Especial reconheceu que a jurisprudência atual do STJ admite o reexame necessário nas ações de improbidade administrativa, ou seja, *in casu*, deveria ter ocorrido o reexame necessário pelo TJMG.

Vejamos o acórdão:

“Ocorre que, nada obstante a jurisprudência atual do STJ admita o reexame necessário nas ações de improbidade administrativa, tal entendimento não se aplica ao caso concreto, haja vista que carece a parte ora agravante de interesse recursal quanto ao tema”.

7. Contudo, apesar de afirmar que o reexame necessário deveria ter ocorrido, foi negado provimento ao Agravo sob o argumento de que o embargante carecia de interesse processual.

[...]

10. Assim, conforme se verá a seguir, a decisão ora embarga diverge do entendimento desta c. Corte que reconhece a existência do microssistema processual de tutela coletiva que deve ser regido pela influência subsidiária de seus diversos diplomas e, nesse contexto, a remessa necessária prevista em sede de ação popular deve ser aplicada à ação de improbidade, apesar de inexistir regra específica na Lei n. 8.429/92.

11. Por derradeiro, o entendimento da Segunda Turma desta c. Corte diverge daquele apresentado no v. acórdão ora embargado.

“PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. REEXAME NECESSÁRIO. CABIMENTO. APLICAÇÃO POR ANALOGIA, DO ART. 19 DA LEI 4.717/1965.

1. “Por aplicação analógica da primeira parte do art. 19 da Lei n. 4.747/65, as sentenças de improcedência de ação civil pública sujeitam-se indistintamente ao reexame necessário. (REsp 1.108.542/SC, Rel. Ministro Castro Meira, j. 19.5.2009). 2. Agravo Regimental não provido. (AgRg no REsp 1219033/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN. SEGUNDA TURMA, julgado em 17/03/2011)”.

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. REPARAÇÃO DE DANOS AO ERÁRIO. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. REMESSA NECESSÁRIA. ART. 19 DA LEI Nº 4.717/64. APLICAÇÃO. 1. Por aplicação analógica da primeira parte do art. 19 da Lei no 4.717/65, as sentenças de improcedência de ação civil pública sujeitam-se indistintamente ao reexame necessário. Doutrina. 2. Recurso especial provido. (REsp 1108542/SC, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/5/2009, DJe 2 9/5/2009)

12. Isso porque, conforme visto nos julgados supratranscritos, como o caso em análise trata de sentença em que foram julgados parcialmente procedentes os pedidos, o reexame necessário deveria ter ocorrido, pois, as sentenças de improcedência de ação civil pública sujeitam-se indistintamente ao reexame necessário.

13. É cediço que o reexame necessário é condição de eficácia da sentença e, por conseguinte, de seu trânsito em julgado.

14. Ora, como se vê, tratando-se de condição de eficácia da sentença a realização de reexame necessário é uma questão de ordem pública, podendo ser arguida por qualquer parte, restando patente o interesse recursal do embargado, conforme súmula 423 do STF.

A propósito do tema, vejam-se os seguintes precedentes:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. COTEJO ENTRE ACÓRDÃOS PARADIGMA E EMBARGADO. AUSÊNCIA. AÇÃO DE COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. PRAZO PRESCRICIONAL. SÚMULA 168/STJ.

1. Os embargos não podem ser conhecidos pela divergência se o embargante não providencia o devido cotejo analítico, nos termos do disposto nos artigos 266, § 1º, c/c 255, § 2º, do RISTJ.

2. Não cabem embargos de divergência quando a jurisprudência do Tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado. Súmula 168/STJ.

3. Agravo interno nos embargos de divergência desprovidos.

(AgInt nos EREsp 1296380/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/6/2017, DJe 20/6/2017)

PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DOS DISPOSITIVOS INFRACONSTITUCIONAIS. SÚMULAS 282 E 356/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO.

I - Os artigos apontados como violados não foram apreciados pelo Tribunal a quo, não tendo o recorrente oposto embargos aclaratórios, buscando declaração acerca da questão suscitada. Incidem, na hipótese vertente, os enunciados sumulares nºs 282 e 356, do Supremo Tribunal Federal.

II - Esta Corte firmou entendimento segundo o qual a simples transcrição de ementas não basta para que se configure a divergência jurisprudencial alegada. Impõe-se a demonstração do dissídio com a reprodução dos segmentos assemelhados ou divergentes entre os paradigmas colacionados e o aresto hostilizado. No presente recurso a alegada divergência não foi demonstrada nos moldes exigidos pelo artigo 255 e parágrafos do RI/STJ, ou seja, com a transcrição dos trechos caracterizadores da divergência, com a menção das circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados.

III - Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp 650.748/RJ, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 16/2/2006, DJ 06/3/2006, p. 175)

Ante o exposto, com fundamento no art. 266-C do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, indefiro liminarmente os presentes embargos de divergência, porque não comprovada a divergência jurisprudencial atual.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 04 de dezembro de 2018.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator